

O lugar da diáspora negra: notas acerca de afrografias e etnografias nas relações raciais em contextos de pesquisas antropológicas racializadas

The place of the black diaspora: notes on afrografias and ethnographies in race relations in contexts of racialized anthropological research

El lugar de la diáspora negra: apuntes sobre afrografías y etnografías en las relaciones raciales en contextos de investigación antropológica racializada

Paulo Henrique Ferreira de Freitas¹
Larissa Neves da Costa²

Resumo: Este artigo discute aspectos contemporâneos à antropologia brasileira ou antropologia feita no Brasil, sob enfoque da relação entre duas perspectivas teóricas complementares: a etnografia e as *afrografias*, esta última conceituada por Leda Maria Martins (1997). Em torno de questões como, quadros referenciais, circuitos acadêmicos e não acadêmicos e sistemas de interpretação do pensamento que envolvem a disciplina neste momento e como se compõe a ritualização do conflito epistêmico pós-colonial ou descolonial, sob a luz de experiências curriculares e extracurriculares na turma de mestrado de 2021 no Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Goiás.

Palavras-Chave: Diásporas negras; Etnografias nas relações raciais; *Afrografias*.

Abstract: This article discusses contemporary aspects of Brazilian anthropology or anthropology made in Brazil, focusing on the relationship between two complementary theoretical perspectives: ethnography and afrographies, the latter conceptualized by Leda Maria Martins (1997). Around issues such as referential frameworks, academic, non-academic circuits and systems of thought interpretation that involve the discipline at this moment, and how the ritualization of the postcolonial or decolonial epistemic conflict is composed, in the light of curricular and extracurricular

¹ Mestrando em antropologia social (UFG). Bacharel em Antropologia e bacharel interdisciplinar em Humanidades (UNILAB). Pesquisador membro e co-fundador do Grupo de Estudos Perspectivas Kilombistas (PPGAS/UFG) e Pesquisador do Laboratório de Estudos de Gênero, Étnico-racial e Espacialidades (LaGente/ICSA/UFG). Coordenador estadual de juventude do Movimento Negro Unificado (MNU/CE) e em âmbitos do ensino superior como representante discente no colegiado do Programa de Pós Graduação em Antropologia Social (CPG/PPGAS/UFG); Relator do Estatuto e 1º Diretor de Igualdade Racial (DCE/UNILAB) e Conselheiro discente de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE/UNILAB). E-mail: paulohenrique603@gmail.com.

² Mestranda no Programa de Pós Graduação em Antropologia Social na Universidade Federal de Goiás. Bacharelada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Goiás. Graduada em Ciências Sociais pela Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás com Graduação Sanduíche através do Programa de Intercâmbio Abdias Nascimento, no Centro de Investigación y Estudios Superiores en Antropología Social (CIESAS) na Cidade do México. Integrante do Grupo de Estudo e Pesquisa Coletivo Rosa Parks. E-mail: larissanevs@discente.ufg.br.

experiences in Master's class of 2021 at the Graduate Program in Social Anthropology at the Federal University of Goiás.

Keywords: Black diasporas; Ethnographies in race relations; Afrografias.

Resumen: Este artículo discute aspectos contemporáneos de la antropología brasileña o antropología hecha en Brasil, centrándose en la relación entre dos perspectivas teóricas complementarias: la etnografía y las afrografias, esta última conceptualizada por Leda Maria Martins (1997). En torno a cuestiones como los marcos referenciales, los circuitos académicos, no académicos y los sistemas de interpretación del pensamiento que involucran a la disciplina en este momento, y cómo se compone la ritualización del conflicto epistémico poscolonial o decolonial, a la luz de las experiencias curriculares y extracurriculares en la clase de maestría de 2021 en el Programa de Posgrado en Antropología Social de la Universidad Federal de Goiás.

Palabras clave: Diásporas negras; Etnografías en las relaciones raciales; *Afrografias*.

Ritos de iniciação

Este artigo³ descreve e analisa a produção de fissuras epistêmicas e processos de ocupação curricular decorrentes de experiências coletivas ocorridas durante os anos de 2021 e 2022. A partir de uma breve etnografia contextualizada por discentes negras e negros, o texto descreve a elaboração coletiva do Grupo de Estudos Perspectivas Kilombistas, inserido no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Goiás (PPGAS UFG). Além disso, também aborda uma significativa contribuição do Prof. Dr. Kabengele Munanga, proferida durante sua conferência de abertura no PPGAS UFG.

Esse grupo de estudos desempenha um papel importante na articulação institucional para promover alterações curriculares nas ementas das disciplinas obrigatórias, bem como na elaboração de disciplinas optativas por parte de professores negros e negras. É crucial destacar a relevância dessas iniciativas no contexto da antropologia brasileira, acompanhadas por ações semelhantes de outros coletivos e grupos de estudos em Programas de Pós-Graduação em Antropologia e

³ O texto conta com comentários valiosos por parte do professor da disciplina, Dr. Alessandro Roberto de Oliveira, que foram aqui completamente aceitos e trazidos ao texto final, a quem agradecemos ainda mais pelos bons e instigantes momentos de debates durante esse difícil período (pandemia de COVID-19) para todas (os) nós.

Antropologia Social de diferentes universidades brasileiras.⁴

É fundamental informar que este texto surgiu originalmente de uma proposta do Prof. Dr. Alessandro Roberto de Oliveira, responsável pela disciplina de *Teoria Antropológica* 2⁵. Ele solicitou a realização de uma escrita crítica e etnográfica a partir de dois tópicos da ementa fornecida durante a disciplina. No entanto, foram selecionados mais de dois tópicos, especificamente as discussões sobre teorias pós-coloniais e descoloniais (HALL, 2003; LANDER, 2005), as abordagens localizadas de teóricas e teóricos negros que exploram revoltas, resistências e interseções (VIGOYA, 2009; MUNANGA; GOMES, 2006; GONZALEZ, 1984; hooks, 1995), as teorias de interpretação da cultura e crítica cultural, bem como a etnografia (GEERTZ, 1989; ORTNER, 2007; ABU-LUGHOD, 2018; STRATHERN, 2017; CARVALHO, 2001). Além disso, o texto explora as afrografias (MARTINS, 1997), que vão além do material inicialmente fornecido.

Para abordar este último tópico, as contribuições instigantes e questionadoras do Prof. Dr. Alex Ratts são incorporadas. Ele foi responsável pelas disciplinas de África e Diáspora Africana, bem como pela disciplina de Espaço, Cultura e Diferenças. As considerações do Prof. Dr. Alex Ratts sobre o conceito de afrografias e diáspora enriquecem o artigo, que acolhe todas as sugestões apresentadas.

Portanto, o artigo é resultado de uma imersão em diversas possibilidades de momentos distintos, possivelmente interligados, nessa nova área de rupturas e fissuras epistêmicas presentes nos programas de pós-graduação em antropologia social. Esses espaços gradualmente se tornam ambientes propícios para a diversidade epistemológica na produção de conhecimento.

⁴ Os antropólogos negres Vinicius Venâncio e Juliana Lima e Silva (2021), descrevem a existências dos demais coletivos e grupos: Coletivo Zora Hurston (PPGAS/UnB), Coletivo Marlene Cunha (PPGAS/MN), Coletivo Negritude / NEAN OJU OBÁ (PPGA/UFPB), Coletivo Rosa Parks (PPGAS/UFG), Coletivo Negra Coletividade (PPGAS/UFRGS), Coletivo Negro Guerreiro Ramos (PPGSA/UFRJ), Grupo de Estudos Perspectivas Kilombistas (PPGAS/UFG), Coletivo Afroindígena de Pós-graduação (PPGAS/UFSC).

⁵ Todas as palavras destacadas em itálico significam que sejam termos endêmicos, títulos e/ou expressões que devam estar em destaque ao longo do texto.

É importante ressaltar que essas posturas são construídas considerando os diversos movimentos de locução e interlocução entre novas gerações de pesquisadoras e pesquisadores, bem como professoras e professores. Esses diálogos são particularmente abertos por parte de pessoas negras e indígenas, que agora ocupam em maior número os principais centros de pesquisa acadêmica no Brasil.

O Comitê de Antropólogas e Antropólogos Negros foi estabelecido em 2018 durante a 31ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA) em Brasília. A antropóloga Luciana de Oliveira Dias (2022, p.13), relatora do biênio 2019-2020 desse comitê, ligado à Associação Brasileira de Antropologia (ABA), destaca que, nesse primeiro período de articulação inter-institucional, “o comitê buscou contribuir com as instâncias deliberativas da antropologia brasileira, visando garantir a presença de diferentes sujeitos produtores de conhecimentos étnico-raciais”. Essa incorporação, mencionada no relatório, surge como uma demanda coletiva articulada por meio do comitê.

Dois grandes eventos possibilitaram a discussão da diáspora negra na antropologia brasileira. O primeiro é a presença de discentes negras e negros, incluindo aqueles de origem quilombola, nos espaços de produção acadêmica, graças às políticas de ações afirmativas no Brasil. Essa presença agora tem grande expressão nos círculos acadêmicos, contribuindo para a circulação do conhecimento científico, formação de redes e afirmações epistemológicas. Importantes figuras do passado, como Archie Mafeje, Jomo Kenyatta e Kabengele Munanga, além de antropólogas e antropólogos afro-diaspóricos como Joseph Antenor Firmin, Katherine Durham, Manuel Querino, Edison Carneiro, Zora Neale Hurston e Lélia Gonzalez, influenciam essa presença, conforme destacado pelo antropólogo Vinicius Venâncio (2022).

O segundo evento está inserido no contexto histórico e global da pandemia de coronavírus, que restringiu muitos programas acadêmicos, incluindo pós-graduações e graduações, ao ambiente virtual devido à disseminação do vírus SARs-CoV-2. Essa mudança é relevante para compreender

a possibilidade da mobilidade virtual, como observado ao participar de um curso de pós-graduação *online*.

Diante desses contextos, é possível explorar as relações entre o pensamento antropológico ocidental e o pensamento negro, frequentemente considerado como não-antropológico quando relacionado às perspectivas das populações negras e feministas. Tanto a antropóloga Lila Abu Lughod (2018) destaca essa dinâmica, como o antropólogo Gilson Rodrigues Júnior (2021), que questiona a entrada de corpos não-modernos nos espaços da modernidade antropológica.

No entanto, surgem as perguntas: qual é o papel da diáspora negra na interpretação da crítica cultural? Quais são os elementos chave presentes nos trabalhos antropológicos que afirmam essa posição? Essas e outras questões serão aprofundadas adiante.

Fissuras Epistêmicas e Ocupação Curricular: Afrografias de Antropólogas e Antropólogos Negros.

O Grupo de Estudos Perspectivas Kilombistas foi criado por estudantes do mestrado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Goiás no terceiro mês de 2021. Esse grupo surgiu após diversas discussões que ocorreram durante a disciplina de Teoria Antropológica I, no início do primeiro semestre. Essas discussões abordaram principalmente a questão de quais antropólogas e antropólogos não brancos poderiam ser estudados dentro dos objetivos da formação inicial em teoria antropológica.

A pergunta subjacente, formulada anteriormente por Gayatri Chakravorty Spivak e reformulada por Grada Kilomba, ressoava com mais força: “*Pode o subalterno falar?*” Isso questionava a produção intelectual de pessoas negras e suas contribuições para o campo de formação da teoria universal e moderna da antropologia.

Para explorar as afrografias, Leda Maria Martins (1997, p. 26) enfatiza que “a cultura negra é uma cultura de encruzilhadas”. Com base nessa afirmação, destaco o papel central da noção de identidade negra em uma perspectiva etnográfica, ou “afrográfica”, como propõe a autora, ao examinar manifestações culturais como Reisados, Maracatus, Congos, Moçambiques e Irmandades do Rosário em Minas Gerais.

Prosseguindo com essa ideia e estabelecendo diálogos diretos com a contestação da ausência de autoria negra inicialmente, buscamos conectar essas encruzilhadas. Leda as define como:

um princípio de construção retórica e metafísica, um operador semântico pulsionado de significância (...) oferece-nos a possibilidade de interpretação de trânsitos sistêmicos e epistemológicos que emergem de processos interdisciplinares e transdisciplinares (1997, p.28).

As análises das relações raciais são permeadas pela categoria analítica de raça, um fator de hierarquização geopolítica que incorpora outras noções e categorias atribuídas, principalmente por pesquisadoras negras. Elas abordam questões interseccionais nos estudos afro-latinoamericanos e afro-brasileiros.

Essas categorias de sensibilidade analítica, como raça, gênero, sexualidade, território e outras, também são enriquecidas por pensadoras negras e negros. Carla Akotirene (2018) chama essas categorias de vias ou avenidas de cruzamentos possíveis, repletas de contribuições do pensamento negro africano e de suas diásporas, estabelecendo relações entre os pensamentos sociais e culturais dessas regiões.

Através da colaboração entre o Grupo de Estudos mencionado e docentes interessados na discussão, começaram a ser listados autores e autoras que exploraram as perspectivas não-modernas, a fim de integrá-los à ementa da disciplina Teoria Antropológica I. Foram incluídos na ementa a antropóloga Zora Neale Hurston, com seu livro *Tell My Horse (1939)*, que aborda pesquisas sobre iniciações e representações do *voodoo* na Jamaica e no Haiti, e o sociólogo Alberto

Guerreiro Ramos, com seu artigo *A Psicopatologia Social do Branco Brasileiro* (1981).

É relevante mencionar o relatório do Comitê de Antropólogas e Antropólogos Negros, que destaca a atuação marcante da “ocupação curricular” (DIAS, 2022, p.13). Durante esses dois anos, professores negros e negras incluíram bibliografias de autoria negra em seus planos de ensino, atendendo à demanda de estudantes e coletivos negros, negros quilombolas e indígenas nos programas de pós-graduação em antropologia no Brasil.

Dentro do quadro de formação de estudantes de mestrado do PPGAS UFG, destacam-se duas disciplinas optativas. A primeira é “África e Diáspora Africana”, ministrada pelo Prof. Dr. Alex Ratts. A segunda é “Epistemologias e Feminismos Negros”, oferecida pela Profa. Dra. Luciana de Oliveira Dias. Durante o processo de formação, a última também ministrou uma das quatro disciplinas obrigatórias, a Prática de Pesquisa em Antropologia I.

O pensamento negro, suas sabedorias e epistemologias, agora se consolida como um sistema de formação intelectual antropológico. Ele surge da formação e da resposta a demandas nos projetos teóricos da antropologia feita no Brasil. Essas intervenções promovem uma ocupação curricular das perspectivas negras africana e afro-diaspórica, por meio de fissuras epistêmicas nos quadros referenciais da antropologia no Brasil, durante seu processo de constituição como um sistema cruzado de interpretação de sistemas sociais e culturais.

Essas mobilizações focavam na presença e na posição da autoria negra, bem como na autorização e legitimação da escrita de antropólogas e antropólogos negros em formação. Eles compartilhavam suas ansiedades e enfrentavam desafios ao compreender uma teoria definida previamente por intelectuais do norte global e uma teoria que ainda estavam explorando. Isso estabeleceu uma relação de poder desigual no processo de legitimar o que era necessário e relevante para a discussão e debate em torno da antropologia, incluindo a ruptura com os clássicos legitimados.

Afrografias: explorando os lugares teóricos e políticos do pensamento negro.

As *afrografias* assumem aqui um lugar estratégico para a reflexão sobre a relação entre os corpos negros e suas dimensões subjetivas e materiais no mundo, bem como seus modos de existência. No entanto, elas transcendem suas próprias concepções e proposições, deslocando a relação da vida, tanto humana quanto não humana, em relação à negritude e suas próprias noções de poder. Essas noções são construídas por homens e mulheres cisgêneros e transgêneros, travestis e todas as possibilidades de posicionamento político e estético entre coletividades e individualidades.

A seguir, apresentaremos três bases distintas e complementares desses lugares teóricos e políticos. Esses lugares são marcados por eventos narrativos de descolonização da pesquisa antropológica e de realocação da supremacia branca de seus holofotes e posições estabelecidas de maneira hegemônica no pensamento antropológico.

Começamos com a proposição das ações afirmativas como movimentos sugestivos para construir o espaço do pensamento negro. Essas ações permeiam as teorias pós-coloniais e descoloniais, que constituem o substrato da intelectualidade negra em sua disposição geopolítica do pensamento. Avançamos até chegar ao pensamento negro como uma ferramenta crucial para a contraposição ao colonialismo antropológico no Brasil.

As ações afirmativas no Brasil e o lugar da diáspora negra.

As afrografias são construídas por percursos mobilizados pelas sociabilidades de pertencimento emancipatório entre a população negra na diáspora. É possível afirmar que algumas fissuras estabelecidas desde o início deste milênio, sob a perspectiva transdisciplinar da tradição do pensamento negro, como movimento político-epistemológico, deslocam diversas questões que

não seriam discutidas sem a presença da população negra em determinados contextos.

Essas formas de inscrever a presença e a movimentação de corpos negros que pensam se dariam em um contexto de diversas elaborações do que o antropólogo e geógrafo Alex Ratts (2011) denominou de movimento negro de base acadêmica. Para ele, esse movimento surge a partir da “entrada e permanência de corpos negros discentes e docentes no espaço acadêmico, com significativa atuação individual e coletiva, como portadores de um projeto político acadêmico que tem memória e história”.

As ações afirmativas para estudantes negras (os) no PPGAS UFG possibilitaram que cinco mulheres negras e um jovem homem negro acessassem o mestrado acadêmico em Antropologia Social⁶. Dessa mobilização de corpos negros surge uma compreensão individual e coletiva de que é necessário haver exemplaridades na formação antropológica, mesmo dentro dessa turma específica. A presença e autoria de antropólogas (os) negras (os) são consideradas fundamentais para seus futuros procedimentos de pesquisa e articulações relacionais.

Tanto para o antropólogo Felipe Cruz Tuxá (2017), como para a antropóloga Luena Pereira (2008), mesmo com o estabelecimento dos dois campos em que atuam — a antropologia indígena e os estudos africanos —, havia uma ausência de relação direta das suas propostas teóricas e críticas a partir desses sujeitos. Isso ocorreu porque, durante muito tempo, esses temas estiveram ausentes de importantes debates na disciplina, que, outrora, é hoje aquela que possui uma das maiores presenças negras, negras quilombolas e povos originários nos programas de pós-graduação em antropologia ou antropologia social nas IES brasileiras.

Luena Pereira (2008, p. 11) aponta que, por volta das décadas de 70 e 80, os estudos

⁶ As estudantes foram, Susan Santos que vem das favelas paulistas aos solos goianos, Hellen de Oliveira ou Kalu - do Quilombo de Kalunga, Márcia Rocha Sacramento do Quilombo de Extrema, Lisiane Lima baiana que reside em Aparecida de Goiânia e a Duda que foi nossa colega erê, Larissa Neves da Costa das favelas de Goiânia e Paulo Henrique Ferreira que vêm das favelas de Fortaleza.

africanos no Brasil se encontravam em um campo marginal. Ela afirma:

A antropologia brasileira, (...) adquiriu características peculiares pelo novo recorte e os novos significados que conferiu às noções de alteridade, diferença e exotismo na construção de seus objetos de pesquisa. Posteriormente, a antropologia brasileira voltou-se para a construção de objetos de pesquisa mais ‘próximos’ – campesinato, antropologia urbana, estudo do negro, da religião etc.

A anúncio inicial da ausência de autorias negras e indígenas nas ementas chama bastante atenção, pois é como se o não dito surgisse de alguma maneira em que todos possam ver e sentir através do ligar e desligar dos ecrãs ou das mensagens rápidas, e também dos “silêncios estratégicos”. Curiosa é a forma com que os contatos são possibilitados dentro dessa peculiaridade da realização de aulas remotas síncronas; as políticas da identidade possibilitam tecnologias de reconhecimento e pertencimento de trajetórias próximas, particulares, subjetivas e coletivas.

Quando não há possibilidades de atrasar urgências, alguém que sente a dor opta pela necessidade de informar ou denunciar sua dor. Embora o colonizado possa ser como o paciente que não pode identificar exatamente onde dói e o que sente, a dor ainda permanece lá. Então alguém fala. Alguém informa. Alguém denuncia. Aí reside a importante possibilidade construída pelo reconhecimento, pois tornam-se possíveis articulações emancipatórias do ponto de vista de quem sente a dor.

Essa articulação política-epistemológica-ancestral de tradição do pensamento negro vem sendo possibilitada pelas ações realizadas no interior de diversas instituições por coletivos, grupos de estudos, núcleos de pesquisa etc. de estudantes e docentes negras e negros. Para o sociólogo Joaze Bernardino-Costa e o professor Ramón Grosfoguel (2016, p. 22):

O Brasil, em decorrência dos projetos de ações afirmativas em curso nas universidades públicas do país desde o início desse milênio, depara-se com a possibilidade de incorporar a experiência negra e indígena não apenas na formulação de conhecimento, mas também na busca de soluções para os problemas que enfrentamos.

Essa perspectiva propõe então que novos pontos de vista possam ser incorporados ao teor político e epistemológico do fazer antropológico e à defesa desses pontos de vista de transformação social. Joaze e Ramón destacam “Reler autores que foram silenciados pela academia não significa somente se de parar com testemunhos sobre os efeitos da colonização, significa deparar-se com o registro de múltiplas vozes, ações, sonhos.” (MORANA, DUSSEL, JÁUREGUI *Apud*. BERNARDINO; GROSGOUEL, 2016, P. 21).

A condição de sujeitos plurais e descentrados proposta por essa relação pode ser percebida pelas diferenças de locus enunciativo e cognoscente, desde o Kilombo Kalunga, o Kilombo de Extrema, as periferias de Fortaleza - CE, as periferias de Goiânia e em Aparecida de Goiânia - GO. Também podem ser evidenciadas nas turmas de jazz da Susan Santos, na sala de aula da Márcia Sacramento, nas atividades do sistema judiciário cotidiano para a Lisiane Lima, no terceiro setor e nos movimentos sociais para Larissa Costa e Paulo Ferreira, e até na sala de atendimento médico, e até na sala de atendimento médico, o espaço de atuação profissional da Hellen Oliveira. Diversos lugares, corpos e gerações são mobilizados por meio da criação do Grupo de Estudos Perspectivas Kilombistas no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social na Universidade Federal de Goiás.

O palco da alteridade constituído pela presença desses sujeitos subalternizados, segundo Felipe Cruz Tuxá (2017), tornaria assumidos os processos de condescendência nesses espaços a partir de corpos que se encontram em locais de privilégios na modernidade ocidental. Por vezes, alguns debates ainda não são realizados devido a formas sistemáticas de silenciamento, como o sucateamento como política pública, os altos índices de violência racial e formas correlatas de violência. Também o não investimento em determinados temas e questões mobilizados por sujeitos negros e indígenas nas universidades consideram-se práticas de silenciamento e de manutenção de hegemonias coloniais.

Mesmo no contexto de isolamento e *home office*, os altos custos de vida continuaram a subir durante esse período. As dificuldades cognitivas e psicológicas aumentaram os graus de interferência direta no cotidiano das pessoas e em suas relações de trabalho, estudo e vida doméstica, entre outras. No entanto, as políticas de ações afirmativas discutidas em uma perspectiva ampla ainda não se constituem como debate necessário e central para a garantia de políticas de reparações epistêmicas e de ocupações políticas de pensadores e pensadoras negros e negras.

Pensamentos pós-coloniais e descoloniais no Sul Global.

A geopolítica do conhecimento, do poder e das possibilidades de existências subjetivas e coletivas é mediada através das representações negras e subalternas no sistema internacional, a partir de perspectivas reposicionadas do pensamento de Paul Gilroy (2001) no: *O Atlântico Negro*. Também, para Stuart Hall (2003), a diáspora negra ou transatlântica teria sua elaboração enquanto concepção geopolítica e de suas representações negras. Portanto, essa geopolítica ainda é pensada através de uma linguagem única e hegemônica dentro desse próprio sistema internacional de dominação colonial, o inglês.

Na introdução ao encontro colonial, vemos uma discussão que se localiza entre as percepções de Talal Asad (2017, p. 323), onde ele aponta as suas duas principais características: a racionalidade e a estrutura do poder ocidental, o autor descreve essas relações a partir dos “usos a que esse conhecimento se destina, o tratamento teórico de determinados tópicos, o modo de perceber e objetificar outras sociedades, a reivindicação antropológica da neutralidade política”.

Importante contribuição do autor para a elaboração de parâmetros internos à própria disciplina e sua aliança, embora para muitos ainda seja visto de forma ingênua ou mesmo proposital, é que a antropologia reforçou e se construiu sobre a estrutura do poder colonial, onde a razão dessa

assimetria é a dialética do poder mundial (Ocidente/Terceiro Mundo).

No contexto da relação entre “eu” e “os outros”, a antropóloga Lila Abu Lughod afirma que na antropologia reside uma crise da pessoalidade e da subjetividade. Ideias hegemônicas sustentam, por exemplo, que o “nativo” não possui as habilidades necessárias para ser objetivo sobre sua própria sociedade, e que é um entendimento dado de que antropólogos estudam principalmente comunidades negras e indígenas. Para tal, ainda se consideram fatores do sistema de diferença, como a posicionalidade, a audiência e a relação de poder entre o “eu” e o “outro”.

Portanto, a compreensão da relação entre identidade/subjetividade e alteridade/objetividade é resultado da posicionalidade do eu antropológico e do outro. Abu Lughod (2018, p.197) defende que “toda visão é uma visão de algum lugar. Toda fala é uma fala de algum lugar”. Assim, a situação ou o processo de situar-se etnograficamente marca que o indivíduo é sempre uma construção e nunca uma entidade dada ou natural, e que também o processo de invenção de um eu por meio da oposição a um outro sempre acarreta uma violência repressora e ignorante sobre outras formas de diferença.

Para os estudos do grupo colonialidade/modernidade (C/M)⁷, o centro do pós-colonialismo continuou a ter como espaço o mundo anglófono, e sua língua de circulação, o inglês. O espaço geográfico e os corpos incorporados ao debate pós-colonial continuaram quase na mesma situação, através da noção central de nação em suas discussões mais abrangentes.

Esse deslocamento para a percepção da constituição da categoria raça nas Américas é importante para situar as lógicas de poder e de circulação do pensamento hegemônico e racista sobre alteridades que não se sustentam no continente e sua relação de subalternidade dentro desse

⁷ Importante rede transdisciplinar formada no início do século XXI que trazia o genocídio e etnicídio localizado na América como fator essencial de explicação das marcas do mundo colonial. Entre alguns autores estavam os antropólogos Fernando Coronil e Arturo Escobar e os sociólogos Anibal Quijano, Edgardo Lander, Ramón Grosfoguel e Agustín Lao-Montes.

sistema de distribuição e formulação de pensamentos críticos e teóricos. A decolonialidade, no entanto, busca formular a ideia de que “sem colonialismo, não há modernidade”.

Atesto aqui a necessidade de uma profunda imersão na produção do pensamento negro africano, mobilizado por diversos intelectuais que se encontram produzindo em diversas línguas suas possibilidades de rompimento com o colonialismo e o imperialismo. Em *A crítica da razão negra*, o filósofo Achille Mbembe (2014) atribui aos marcadores temporais da colonização, escravidão e das políticas segregatórias nesse sistema internacional que categoriza raça um ponto importante para pensar a constituição da negritude no mundo. Alguns intelectuais como Leopold Senghor e Aimé Césaire também são sujeitos evidentes para produzir tais relações na contemporaneidade.

O pensamento descolonial e a descolonização do continente africano e suas diásporas, enquanto projeto político e epistemológico, se encontram presentes nas universidades brasileiras e espalhados atualmente por todo o mundo. Embora habitem majoritariamente o Sul Global, é incontestável quando se localizam redes de profissionais negras e negros interessados em compreender as consequências diretas que essa articulação temporal, geográfica e corporal apontada pelos estudos da descolonização africana e do pensamento negro.

Políticas do Pensamento Negro, Antropologia e Colonialismo

Durante a aula inaugural do 2º semestre do PPGAS UFG, com a presença online do prof. dr. Kabengele Munanga, ele afirmou: “a crítica pós-colonialista não abalou as bases da antropologia porque os materiais continuam a ser os mesmos dos lugares hegemônicos”. Kabengele Munanga, em sua conferência abordou o tema “colonização, colonialismo e antropologia”, onde surgiram diversas questões que foram silenciadas por muito tempo durante sua docência na Universidade de São Paulo. Elas foram abordadas de maneira tranquila e honesta. Obviamente, nem todas as

peças são contempladas pelas críticas de intelectuais negros e negras, mas a questão central é como essas observações empíricas e teóricas se relacionam com intelectuais negras.

Janaina Damaceno (2013), em sua tese, apresenta a ideia de espaços hostis, ao discutir a relação de mulheres negras nos espaços acadêmicos. A antropóloga Mona Lisa da Silva também apresenta os mesmos dados em sua dissertação de mestrado, durante as aulas de teorias da antropologia. Em algumas ocasiões, colegas de turma questionam seu trabalho pela ausência de rigor e importância em relação ao tema de sua pesquisa.

Observamos que tanto através dos silêncios provocados pela academia na trajetória de Virgínia Bicudo, a autora analisa como nas relações produzidas por mulheres negras ativistas no ciberespaço, como pesquisou Mona Lisa da Silva (2019), há diversas variáveis possíveis de interpretação por mulheres negras. Essas variáveis são tecidas entre diálogos políticos, teóricos e afetivos no campo de atuação de pesquisas relacionadas a mulheres negras.

A binaridade entre empirismo e teoria na trajetória do pensamento da ciência moderna colonial, para Munanga (2022) tornam esses sujeitos de discursos mediados entre a identidade de profissional interdisciplinar e ativista. Isso ainda se concretiza em objetos tradicionais de tutela antropológica. Constantes ataques e restrições ao pensamento de mulheres e homens negros, em suas pluralidades de posicionamentos e pontos de vista, ainda são constantemente mobilizados para enclausurar o pensamento negro como militante e mais, como pensamentos esvaziados de teor e rigidez teórica.

Cabe aqui enfatizar que noções produzidas dentro dos espectros de análise e de afetações que mobilizam redes e agendas de pesquisas acadêmicas e articulações inter-institucionais vão além das demandas contínuas de antropólogos e antropólogas que ritualizam performances, ainda folclóricas, de interpretação da vida social e cotidiana da população negra na diáspora.

Quando Alberto Guerreiro Ramos (1981) define sua estratégia de diferenciar as noções de

“negro tema” *versus* “negro vida”, ele delineia que há pelo menos duas posturas divergentes de se preocupar com investigações sérias em relação ao negro e à negra na diáspora. Antropólogas e antropólogos negros mobilizam em suas redes e relações cotidianas a possibilidade de pensar empiricamente e teoricamente essas relações de pontos de vista que escapem de imagens de controle e estigmatização do legado colonialista da antropologia.

Ritos de continuidades e considerações finais

As afrografias da memória, conforme nos traz Leda Maria Martins (1997), nos possibilitam abordar diversos contextos, as encruzilhadas da memória e a constituição da diáspora negra africana sob uma perspectiva transcultural e transdisciplinar. A contribuição do pensamento negro africano e afrodiaspórico, do pensamento feminista negro, contribuições dos estudos pós-coloniais, estudos culturais, estudos da subalternidade e os estudos da descolonização como quadro referencial, circuitos acadêmicos e sistemas de interpretação a serem incorporados em formações político-epistemológicas e acadêmicas.

A etnografia e a antropologia, segundo a ideia de Ingold (2017), divergem porque a etnografia busca descrever a vida tal como é vivida e experimentada em um povo, em um lugar específico e em um tempo específico. Já a antropologia é uma investigação sobre as condições e possibilidades da vida humana no mundo. Acredito ser importante pensar que, neste contexto específico da formação acadêmica, não podemos ser incentivados a compreender as possibilidades da vida humana tal como elas são e como elas querem ser, como afirma Tim Ingold.

Embora acredite que, neste caso, esteja trabalhando uma relação entre a etnografia, antropologia e as afrografias. Interessa discutir em que situação se encontram corpos negros em campo, quais são as questões que os mobilizam, quais são as possibilidades de vida humana e para

além da humana que podemos contribuir através de nossos questionamentos?

Portanto, a postura especulativa de jovens negras e negros, negras e negros quilombolas, indígenas em formação política e epistemológica, pode ser encarada através da formulação de bell hooks (2019, p. 32): “a questão é de ponto de vista (...) a partir de quais perspectivas políticas nós sonhamos, criamos, olhamos e agimos?”.

Esse questionamento sobre nossas posicionalidades e deslocamentos interseccionais, ou seja, de que lugar e como nós estamos, lemos, participamos, olhamos, escutamos e escrevemos, é importante para que essas contribuições estejam demarcadas quanto às intenções e possam, então, discutir seu percurso de pesquisa e escrita.

Nessa relação entre etnografias e afrografias, uma linguagem de fronteiras é mediada pelos limites encontrados nas entrelinhas das questões que mobilizam redes e agendas de pesquisa, assim como repertórios teóricos e políticos.

Referências bibliográficas

ABU-LUGHOD, Lila. *A Escrita Contra a Cultura*. Revista Equatorial. Vol. 5, N.8, 2018. p.193-226.

AKOTIRENE, Carla. *O que é interseccionalidade?* Coord. Djamila Ribeiro. Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2018. p. 144.

ASAD, Talal. *Introdução a Anthropology and the colonial encounter*. ILHA, v. 19, n. 2, p. 313-327, dezembro de 2017.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSFOGUEL, Ramón. *Decolonialidade e perspectiva negra*. Revista Sociedade e Estado. V. 31. N. 1. Janeiro/Abril, 2016.

CARVALHO, José Jorge de. *O olhar etnográfico e a voz subalterna*. Horizontes Antropológicos, 2001, vol.7, no.15, p.107-147.

CRUZ, Felipe Sotto-Maior. *Indígenas Antropólogos e o Espetáculo da Alteridade*. Revista de estudos e pesquisas sobre as Américas, v. 11, p. 93-108, 2017.

DA SILVA, Mona Lisa. *Das ruas ao ciberespaço: Ativismo e ciberativismo de mulheres negras*. Redenção, 2019. pp.109. Mestrado Acadêmico em Antropologia Social. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

DIAS, Luciana de Oliveira. *Relatório biênio 2019-20 - Comitê de antropólogas/os negras/os ABA*. Disponível em: [20210113_5ffee30ce886d.pdf \(abant.org.br\)](https://20210113_5ffee30ce886d.pdf(abant.org.br)). Acesso em: 04/01/2022.

GEERTZ, Clifford. *A religião como sistema cultural*. In: A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 1989 [1973]. p. 65-91.

GILROY, Paul. O Atlântico Negro como contracultura da modernidade In: _____. *O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo, Ed. 34/Rio de Janeiro, Universidade Cândido Mendes – Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001, p. 33-100.

GOMES, Janaína Damasceno. *Os Segredos de Virgínia: Estudos de Atitudes Raciais em São Paulo (1945-1955)*. São Paulo, 2013. 180 f. Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

GONZALEZ, Lélia. *Racismo e sexismo na cultura brasileira*. Revista Ciências Sociais hoje, São Paulo, Anuário, 1984. Pp. 223-243.

HALL, Stuart. *Quando foi o pós-colonial? Pensando no limite*. HALL, S. Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais. Belo Horizonte: Editora da UFMG / Brasília: UNESCO, 2003.

HOOKS, bell. *Olhares negros: raça e representação*. Editora Elefante, 2019.

HOOKS, bell. *Intelectuais Negras*. Estudos Feministas, vol. 3, n. 2, p. 464-478, 1995.

HURSTON, Zora Neale. *Tell me horse: voodoo and life in Haiti and Jamaica*. New York: Harper Collins, 2008 (1938).

INGOLD, Tim. *Antropologia versus etnografia*. Cadernos de campo, vol. 26, n. 1, p. 222-228, 2017.

JUNIOR, Gilson José Rodrigues. *Quando “outros” corpos e “outras” epistemologias adentram espaços da modernidade: apontamentos a partir de uma pesquisa entre o Brasil e o Senegal*. NOVOS DEBATES, 7(1): 2021. (p. 1 - 18).

LANDER, Edgardo. “Apresentação da edição em português” e “Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos”. In Lander, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Perspectivas Latino Americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

MBEMBE, Achille. *A crítica da razão negra*. Tradução Marta Lança. Antígona: Lisboa, 2014.

MUNANGA, Kabengele. *Conferência Antropologia, Colonização e Colonialismo*. Disponível em: [Aula Inaugural PPGAS/UFG: “Antropologia, Colonização e Colonialismo” - YouTube](https://aula.inaugural.ppgas/ufg/antropologia-colonizacao-e-colonialismo-youtube) . Acesso em: 10/01/2022.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. “A resistência negra: das revoltas ao movimento negro contemporâneo” e “A produção cultural e artística dos negros no Brasil”. In: *O negro no Brasil de hoje*. São Paulo, Global, 2006. p. 106-168.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Editora Cobogó: Lisboa, 2019.

MARTINS, Leda Maria. *Afrografias da memória: O reinado do Rosário de Jatobá*. São Paulo; Belo Horizonte: Editora Perspectiva; Mazza Edições, 1997.

MORAÑA, DUSSEL, JÁUREGUI, 2009. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSGOUEL, Ramón. *Decolonialidade e perspectiva negra*. Revista Sociedade e Estado. V. 31. N. 1. Janeiro/Abril, 2016.

ORTNER, Sherry. *Subjetividade e crítica cultural*. Horizontes Antropológicos, ano 13, n. 28, p. 375-405, 2007.

PEREIRA, Luena Nascimento Nunes. *Os Bakongo de Angola: religião, política e parentesco num bairro de Luanda*. - São Paulo: Serviço de Comunicação Social. FFLCH/USP, 2008. P.183.

RAMOS, Alberto Guerreiro. *O problema do Negro na Sociologia Brasileira*. Transcrito de Cadernos de Nosso Tempo, 2 (2): 189-220, jan./jun. 1954. 2 ed. O Pensamento Nacionalista e os "Cadernos de Nosso Tempo". Brasília, 1981, pp. 39-69.

RATTS, Alex. *Corpos negros educados: Notas acerca do movimento negro de base acadêmica*. NGUZU: Revista do Núcleo de Estudos Afro-Asiáticos, Londrina, v. 1, p. 28-39, 2011.

SPIVAK, Gayatri C. *Pode o Subalterno falar?* Editora UFMG: Belo Horizonte, 2014.

STRATHERN, Marilyn. O conceito de sociedade está teoricamente obsoleto? In: *O Efeito Etnográfico*. São Paulo: Ubu editora. 2017, P.191-200.

VENÂNCIO, Vinícius. *Negras Antropologias*. Disponível em: [NEGRAS ANTROPOLOGIAS - Início \(weebly.com\)](https://www.wamonn.com.br/2022/04/01/negras-antropologias/) Acessado em: 04/01/2022.

VENÂNCIO, Vinícius; LIMA E SILVA, Juliana Cintia. *Nada será como antes, amanhã: Antropólogos negros (os) movendo a Antropologia Brasileira*. Revista Novos Debates, 7 (2), 2021.

VIVEROS VIGOYA, Mara. *La sexualización de la raza y la racialización de la sexualidad en el contexto Latinoamericano actual*. Revista Latinoamericana de Estudios de Familia. Vol. 1. 2009. Pp. 63 - 81.

Recebido em: 31 de março de 2023

Aceito em: 1 de setembro de 2023